

PRONAF Infra-Estrutura e associativismo rural na Região de Presidente Prudente - São Paulo.

Rosângela A . M. Hespanhol
Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP
Presidente Prudente, BRASIL
FONE: (18) 229-5375
E-mail: hespanhol@stetnet.com.br

1. INTRODUÇÃO

A criação pelo governo federal do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF – em meados dos anos 1990 representou o reconhecimento oficial, em termos de política agrícola, da importância econômica e social dessa categoria de produtores no meio rural.

Esse programa, composto de quatro linhas de atuação, deveria constituir-se, não apenas num instrumento de financiamento da produção agropecuária, via crédito de custeio e de investimento, mas num elemento dinamizador da agricultura familiar no meio rural, através: a) do fomento à capacitação e profissionalização dos produtores; b) da negociação de políticas públicas; e, c) da dotação de investimentos em termos de infra-estrutura pública e de serviços de apoio aos municípios (MAA, 1996).

Considerando a abrangência e a relativa recência do programa, o presente trabalho teve como objetivo principal analisar as implicações decorrentes da implantação do PRONAF Infra-Estrutura e Serviços no período 1997-2000, nos municípios selecionados na Região de Presidente Prudente, quais sejam: Alfredo Marcondes, Álvares Machado, Emilianoópolis e Presidente Bernardes. O interesse por essa linha de atuação se deve às particularidades que envolvem esse programa, consubstanciadas no enfoque sob o desenvolvimento local e na participação dos agricultores familiares e suas organizações (associações, cooperativas, etc.) na tomada de decisões no âmbito do poder local.

Para se atingir o objetivo proposto, foram realizadas, além de leituras sobre a referida temática, levantamento de dados junto a FIBGE (Censo Agropecuário de 1995/96 e Censo Demográfico de 2000) referentes à estrutura produtiva e demográfica dos quatro municípios selecionados e elaboração e aplicação de roteiro de entrevista junto aos técnicos das Casas da Agricultura e dirigentes das associações de produtores rurais.

2. PRONAF INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS MUNICIPAIS

Essa linha de atuação do PRONAF constitui-se numa linha de financiamento do governo federal, com recursos não reembolsáveis, em parceria com os governos municipais, objetivando a implementação, ampliação, racionalização, modernização ou realocação da infra-estrutura pública e de serviços de apoio ao desenvolvimento da agricultura familiar.

Dentre os empreendimentos que podem beneficiar-se dos recursos dessa linha de financiamento estão aqueles relacionados à recuperação de solos; sistemas de abastecimento de água e geração de energia; armazenamento, transporte e venda coletiva de produtos; classificação, limpeza e beneficiamento de produtos; etc.

Entretanto, é necessário que os empreendimentos atendam aos seguintes requisitos: a) sejam de uso coletivo; b) implantados em área pública; c) tenham seus benefícios apropriados pelos agricultores familiares e, d) sejam administrados de acordo com normas definidas pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural e a prefeitura do município.

Vale ressaltar o papel desempenhado pelas associações de produtores rurais que, em virtude da sua capacidade de captar e encaminhar demandas sociais tem se constituído em muitos municípios, num importante canal de participação e de representação dos interesses da agricultura familiar no âmbito local. Nos municípios onde os produtores estão organizados em associações de produtores, têm sido atribuídas a estas, a administração e o gerenciamento dos equipamentos e serviços de apoio financiados pelo PRONAF Infra-Estrutura e Serviços Municipais.

No que se refere à obtenção dos recursos dessa linha de financiamento é necessário que o município seja selecionado e aprovado pelo Conselho Estadual do PRONAF e que atenda às seguintes exigências: a) tenha um Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural e um Plano Municipal de Desenvolvimento Rural, contemplando as demandas dos agricultores familiares, aprovado no âmbito do município e do Conselho Estadual do PRONAF; b) o pagamento de contrapartidas, que variam de 20 a 40% do valor solicitado, nos casos onde o Programa Comunidade Solidária não estiver atuando; c) comprovação de estar em dia com as contas junto à União.

No Estado de São Paulo, os critérios utilizados para a seleção dos municípios levaram em consideração prioritariamente, a maior concentração de produtores familiares e o menor dinamismo das atividades econômicas no município solicitante.

Para tanto, estabeleceu-se, segundo Abramovay & Veiga (1998, p. 10),

um sistema de pontuação resultante do cruzamento de três indicadores: (i) o número absoluto de propriedades com área inferior a quatro módulos fiscais; (ii) o valor da produção agrícola municipal por hectare, levantado pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento (SAA/SP); e (iii) o índice de participação dos

municípios no ICMS, elaborado pela Secretaria da Fazenda. Tais indicadores foram estratificados em sete classes (...). Os números das classes para cada um dos indicadores foram multiplicados, definindo o número de pontos do município.

A partir dessa classificação, foram utilizados como critérios adicionais para a seleção dos municípios: a presença de engenheiro agrônomo ou veterinário na Casa da Agricultura Municipal; a organização dos produtores em entidades como sindicatos, associações ou cooperativas e a participação em outros programas federais e/ou estaduais.

Dentre os principais problemas identificados por Abramovay & Veiga (1998) para a implementação dessa linha de financiamento destacam-se a falta de participação dos agricultores e suas organizações nas discussões realizadas para a elaboração dos Planos Municipais de Desenvolvimento Rural, fazendo com que os técnicos rurais ou as lideranças desses produtores elaborassem os planos e a pouca experiência dos principais agentes envolvidos (técnicos rurais, líderes de associações, agricultores familiares, etc.), resultando num grande descompasso entre os projetos encaminhados, as condições econômicas de implementação e o grau de alcance social dos mesmos¹.

Entre 1996/97, foram selecionados mil municípios em todo o país. Desse total, foram contemplados com os recursos para o período 1997-2000, apenas 183 municípios, dos quais 48 estão localizados no Estado de São Paulo, sendo que destes, quatro localizam-se na Região de Presidente Prudente (Alfredo Marcondes, Álvares Machado, Emilianópolis e Presidente Bernardes).

3. ESTRUTURA PRODUTIVA DOS MUNICÍPIOS SELECIONADOS NA REGIÃO DE PRESIDENTE PRUDENTE

Os municípios de Alfredo Marcondes, Álvares Machado, Emilianópolis e Presidente Bernardes abarcam conjuntamente uma área contínua de 1.475 km², correspondendo a 8,4% da superfície territorial da Microrregião Geográfica de Presidente Prudente, a qual localiza-se no sudoeste do Estado de São Paulo.

Do ponto de vista territorial, o maior município é o de Presidente Bernardes com 773 Km² e o menor é Alfredo Marcondes, com 136 km², conforme se observa na tabela 1.

Em termos populacionais, destaca-se o município de Álvares Machado com 4,2% da população regional e, secundariamente, Presidente Bernardes, com 2,7% da população regional.

¹ A partir da constatação desses problemas, o governo federal, em parceria com entidades públicas e privadas, tem organizado cursos de capacitação para a formação de lideranças no meio rural.

Tabela 1
Área e População dos Municípios de Alfredo Marcondes, Álvares Machado, Emilianópolis e Pres. Bernardes, 2000.

	Alfredo Marcondes	Álvares Machado	Emilianópolis	Pres. Bernardes
Área (km²)	136	357	209	773
Pop. Total	3.687	22.673	2.897	14.640
Pop. Urbana	2.663 (72,2%)	20.106 (88,7%)	2.194 (75,7%)	10.152 (69,3%)
Pop. Rural	1.024 (27,8%)	2.567 (11,3%)	703 (24,3%)	4.488 (30,7%)

Fonte: Censo Demográfico do IBGE – 2000.

A grande presença da população urbana nos quatro municípios é uma das graves conseqüências do grande êxodo rural ocorrido na região a partir dos anos 1960, em virtude da expansão extensiva da pecuária de corte e da grande concentração fundiária.

O processo de formação histórica e sócio-econômica dos referidos municípios foi muito semelhante, já que eles têm sua origem associada ao processo de valorização das terras ocorrido no início do século XX, propiciado pela expansão da cafeicultura no Oeste Paulista e pela instalação dos trilhos da Estrada de Ferro Sorocabana (Monbeig, 1984).

A economia dos municípios esteve, desde o início do processo de ocupação, consubstanciada no desenvolvimento das atividades agropecuárias que, além de absorverem a maior parcela da população rural, era responsável por imprimir dinamismo às atividades urbanas (comércio, prestação de serviços, etc.).

Dessa forma, até o final dos anos 1960, o cultivo de lavouras comerciais (café, algodão, amendoim, mamona, etc.) era predominante nos referidos municípios. Além dessas lavouras comerciais, eram cultivados também produtos destinados à subsistência como o arroz, o feijão, a mandioca, etc., sendo que a pecuária, realizada em grandes propriedades, apresentava-se como uma atividade secundária.

A partir do início dos anos 1970, com a conjuntura nacional de privilegiamento dos médios e grandes proprietários de terras em detrimento dos pequenos, associada ao agravamento dos problemas relacionados aos produtos tradicionalmente cultivados na região (altos preços dos insumos; baixos preços dos produtos agrícolas; intensificação do processo de desgaste e erosão dos solos, etc.), fizeram com que parte dos produtores desses municípios substituíssem as áreas anteriormente destinadas às lavouras pelas pastagens.

Dessa forma, considerando a utilização das terras pelos estabelecimentos agropecuários em 1960 e em 1995/96, pode-se constatar na tabela 2, a redução das áreas ocupadas com lavouras e a ampliação das pastagens nos quatro municípios.

Tabela 2
Utilização das Terras, 1960 e 1995/96.

Anos	Alfredo Marcondes		Álvares Machado		Emilianópolis		Pres. Bernardes	
	Pastagens (em %)	Lavouras (em %)	Pastagens (em %)	Lavouras (em %)	Pastagens (em %)	Lavouras (em %)	Pastagens (em %)	Lavouras (em %)
1960	37,8	57,9	13,3	56,0	-	-	40,8	41,2
1995/96	80,6	13,4	81,8	12,0	87,5	8,9	80,4	13,4

Fonte: Censo Agrícola do Estado de São Paulo (1960) e Censo Agropecuário do Estado de São Paulo (1995/96).

Não obstante a grande expansão das pastagens e o declínio das lavouras nos referido municípios, verificou-se que em 1995/96, a produção vegetal gerava 51,6% do valor total da produção agropecuária em Alfredo Marcondes, 50,8% em Álvares Machado e 56,7% em Presidente Bernardes. Apenas em Emilianópolis, o valor da produção animal (67,7%) era superior ao vegetal (32,3%).

Considerando a estrutura fundiária, pode-se constatar pela tabela 3, que enquanto os municípios de Alfredo Marcondes e Álvares Machado apresentam uma melhor distribuição da terra, Emilianópolis e Presidente Bernardes têm uma maior concentração da terra.

A presença dos grandes estabelecimentos (com área acima de 500ha) nos quatro municípios esta intimamente associada à expansão extensiva da pecuária de corte a partir dos anos 1950. A expansão dessa atividade nos referidos municípios e na região apresentou, como em todo o Oeste Paulista, um caráter fortemente especulativo. A partir do final dos anos 1970, com a expansão do PROALCOOL na região, muitos desses grandes estabelecimentos foram arrendados para o cultivo da cana-de-açúcar.

No que se refere aos estabelecimentos com área inferior a 100 ha, estas se constituem de um grande número de produtores familiares (proprietários de terras, arrendatários, parceiros, etc.) que ocupam, inversamente, uma pequena extensão territorial. Estes produtores, não dispendo de recursos econômicos ou de terras suficientes para a pecuária extensiva, se dedicaram ao cultivo do algodão, do feijão, do amendoim, do milho, etc. Mais recentemente, entretanto, algumas alternativas em termos de cultivos têm sido adotadas, tais como a mandioca (para fins agroindustriais), a batata-doce, a fruticultura e a olericultura (para o consumo *in natura* nos mercados regionais), além da expansão da produção de leite, estimulada pelos laticínios e uma cooperativa implantada na região (Hespanhol, 2000).

Do ponto de vista social, os estabelecimentos com área inferior a 100 hectares absorveram em 1995/96, em termos do pessoal ocupado no meio rural, no município de Alfredo Marcondes, 90,9%; em Álvares Machado, 90,4%; em Emilianópolis, 69,2% e em Presidente Bernardes, 70,2%.

Tabela 3
Estrutura Fundiária – 1995/96

ESTRATOS DE ÁREA (Em Hectares)	Alfredo Marcondes				Álvares Machado				Emilianópolis				Pres. Bernardes			
	Nº de Estab.		Área		Nº de Estab.		Área		Nº de Estab.		Área		Nº de Estab.		Área	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Menos de 5	29	9,8	118	1,1	106	14,3	337	1,2	35	13,3	114	0,5	73	8,7	253	0,4
5 -----10	42	14,3	316	2,8	114	15,4	895	3,1	22	8,4	171	0,8	94	11,3	757	0,9
10 ----- 20	66	22,5	994	8,9	176	23,7	2.597	8,9	44	16,7	642	3,2	201	24,2	3.009	3,9
20 ----- 50	104	35,4	3.331	29,8	212	28,6	6.687	23,2	68	25,9	2.208	10,8	225	27,0	7.307	9,6
50 ----- 100	34	11,6	2.444	21,9	74	9,9	5.272	18,2	44	16,7	3.094	15,3	107	12,9	7.683	10,1
Menos de 100	275	93,6	7.203	64,5	682	91,9	15.788	54,6	213	81,0	6.229	30,6	700	84,1	19.009	24,9
100 ----- 200	14	4,7	1.806	16,2	36	4,9	4.879	16,9	32	12,2	4.430	21,8	46	5,5	6.659	8,7
200 ----- 500	3	1,0	847	7,5	21	2,8	6.197	21,4	12	4,6	3.637	17,8	59	7,2	18.379	24,1
De 100 a menos de 500	17	5,7	2.653	23,7	57	7,7	11.076	38,3	44	16,8	8.067	39,6	105	12,7	25.038	32,8
500 ----- 1.000	2	0,7	1.318	11,8	3	0,4	2.062	7,1	3	1,1	2.272	11,0	12	1,4	8.960	11,7
1.000 e mais	0	0	0	0	0	0	0	0	3	1,1	3.824	18,8	15	1,8	23.373	30,6
De 500 ha e mais	2	0,7	1.318	11,8	3	0,4	2.062	7,1	6	2,2	6.096	29,8	27	3,2	32.333	42,3
Total	294	100,0	11.174	100,0	742	100,0	28.926	100,0	263	100,0	20.392	100,0	832	100,0	76.380	100,0

Fonte: F.I.B.G.E. – Censo Agropecuário do Estado de São Paulo de 1995/96.

4. ASSOCIATIVISMO E PRONAF INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS NOS MUNICÍPIOS SELECIONADOS

Não obstante a importância dos estabelecimentos com área inferior a 100 hectares, deve-se ressaltar o intenso processo de descapitalização a que estão submetidas essas explorações. Assim, pressionados de um lado, pelos altos preços dos insumos químicos e equipamentos utilizados na produção e pelos baixos preços obtidos na comercialização da produção agropecuária e, de outro, pela falta de apoio institucional (crédito rural, assistência técnica, etc.), os produtores se vêm, permanentemente, numa situação de dificuldades econômicas para se manterem produtivamente no campo.

Diante dessas dificuldades, uma estratégia adotada pelos produtores familiares, desde o início da década de 1990, tem sido a organização de associações.

Segundo Sabourin (1999, p. 6)

As associações foram criadas, essencialmente, para captar recursos e/ou assegurar a defesa de interesses comuns e a gestão de bens coletivos. Muitas vezes, a associação reúne o conjunto dos membros da comunidade, mas em torno de um objetivo diferente e voluntarioso. Geralmente trata-se de um projeto de caráter produtivo ou econômico, centrado em novas funções em relação as da unidade familiar ou da comunidade: acesso ao crédito, a infra-estruturas ou equipamentos coletivos, comercialização ou transformação dos produtos.

As associações de produtores rurais são definidas como sociedades civis, sem fins lucrativos, que podem desempenhar funções tanto de representação de interesses dos agricultores junto a outras instâncias de poder, como de prestação de assistência social e serviços aos seus associados.

Nesse sentido, as associações de produtores rurais, podem se constituir num importante meio para a racionalização dos altos custos de produção e as exigências de escala da tecnologia moderna, sendo justificadas para alcançar objetivos bem definidos, como reduzir a intermediação comercial, a aquisição e utilização de forma comunitária de insumos, máquinas e equipamentos agrícolas, etc. (Silveira et al., 1999).

Deve-se considerar, entretanto, que essas organizações surgem da incapacidade de outros canais de representação, como os sindicatos rurais e a cooperativas, de dar respostas satisfatórias e constantes às necessidades dos agricultores. Assim, as associações de produtores rurais, por estarem localizadas na própria comunidade, pressupõem a eliminação ou a diminuição de certas

dificuldades (distância geográfica, entraves burocráticos, etc.) em termos de acesso, facilitando a participação, o controle e a representação dos interesses dos associados.

Dessa forma, em relação às associações *“prevalece o entendimento de que se trata de organizações voluntárias, embora induzidas pelo Estado, surgindo, portanto, da vontade e da decisão de um grupo ou de um segmento de classe, com objetivos pré-definidos e relacionados às necessidades sociais numa dada realidade.”* (Costa & Ribeiro, 1999, p.05).

Assim, constatou-se que, nos municípios de Alfredo Marcondes, Álvares Machado, Emilianópolis e Presidente Bernardes, apesar das associações de produtores rurais existirem desde o início da década de 1990, estas enfrentavam problemas de diversos níveis (institucional, econômico, social, político etc.) para se firmarem como instância representativa dos produtores familiares no âmbito do município.

4.1. Município de Alfredo Marcondes

Em Alfredo Marcondes, a criação da Associação dos Produtores Rurais (APRAM) ocorreu no ano de 1990, congregando inicialmente 100 produtores, com o objetivo de aglutinar esforços para prestar serviços que, atendendo as demandas dos associados, contribuíssem para fomentar e racionalizar as atividades agropecuárias no município.

Dentre os principais problemas enfrentados pelos produtores familiares no município e identificados pela associação, destacavam-se: a) o alto grau de descapitalização dos agricultores; b) a produção em pequena escala de diversos produtos agropecuários, dificultando a comercialização; c) as péssimas condições de conservação das estradas rurais; d) a falta de máquinas e equipamentos agrícolas, etc.

Apesar das dificuldades enfrentadas serem comuns à grande maioria dos produtores, estes apresentavam uma certa resistência em participarem das reuniões promovidas pela associação. Dessa forma, parcela significativa dos produtores acabou se desinteressando em participar da associação. Durante essa fase, uma das principais atividades desenvolvidas pela associação foi a compra conjunta de insumos (adubos e cal) para os produtores, que tinham a vantagem de pagar o menor preço pelos produtos adquiridos e, ainda disporem de maior prazo para efetuarem o pagamento.

No entanto, com o repasse à prefeitura municipal dos recursos do PRONAF Infra-Estrutura e Serviços, a associação ganhou um novo estímulo, possibilitando implantar vários projetos, como se pode observar no Quadro I.

QUADRO I
PROJETOS FINANCIADOS PELO PRONAF INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS NO MUNICÍPIO DE
ALFREDO MARCONDES, 1997-2000.

Projetos	Equipamentos Adquiridos	Quantidade	Total
	Trator traçado	01	R\$ 42.786,00
	Plantadeira convencional	01	R\$ 4.642,00
	Colheitadeira de feijão	02	R\$ 8.550,00
	Colheitadeira de milho	01	R\$ 6.739,00
a) Apoio à produção de grãos (milho e feijão)	Arado reversível – 3 discos de 30” – c/ controle remoto	02	R\$ 7.284,00
	Arado de 3 discos de 28	01	R\$ 1.640,00
	Arado alvecas de 2 bicos	01	R\$ 1.146,00
	Arado alvecas de 3 bicos	01	R\$ 1.620,00
	Grade niveladora de 28 discos de 22”	01	R\$ 2.520,00
	Grade hidráulica de 24 discos de 20”	01	R\$ 1.380,00
	Distribuidor de calcário de 600 kg	01	R\$ 1.682,00
b) Apoio à produção e comercialização de batata-doce	Riscador para plantio de batata-doce – 3 linhas	02	R\$ 1.000,00
c) Incremento da produção da pecuária leiteira (produção de silagem comunitária e de capineira)	Trator simples	01	R\$ 36.291,00
	Colheitadeira de forragens	01	R\$ 3.910,00
	Riscados para cana	01	R\$ 750,00
d) Diversificação agrícola	Produção de mudas de pupunha – sementes e insumos	01	R\$ 6.050,00
e) Melhoria na comercialização de produtos e insumos agrícolas (Bolsa Municipal de Mercadorias)	Computador 333 mega, monitor 14”, drive cd/room, Windows 98, impressora jato de tinta, scanner 600 dpi, resolução 9600	01	R\$ 2.660,00
f) Recuperação de estradas rurais	-		R\$ 7.794,00
		Total	R\$ 138.444,00

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário - Secretaria da Agricultura Familiar (Abril/2000).

Além desses projetos desenvolvidos com os recursos provenientes do PRONAF Infra-Estrutura e Serviços Municipais, que beneficiaram diretamente 228 famílias no município, a associação, por meio do estabelecimento de convênios e parcerias com a prefeitura local e o governo estadual (Secretaria de Agricultura e Abastecimento – SAA -, Companhia de Desenvolvimento Agrícola do Estado de São Paulo– CODASP – etc.) tem participado de vários programas visando fomentar o desenvolvimento agropecuário do município, dentre os quais, destacam-se o de inseminação artificial e a implantação de posto volante de monta, de eletrificação e telefonia rural, informatização da Casa da Agricultura, de Microbacias Hidrográficas², entre outros³.

4.2. Município de Álvares Machado

Considerando a importância dos agricultores familiares no município de Álvares Machado e as dificuldades enfrentadas para continuarem produzindo e, sobretudo, para se inserirem no mercado

² No município de Alfredo Marcondes foi contemplada a Microbacia Hidrográfica do Córrego Silveirópolis.

³ Destaca-se também a parceria firmada com a paróquia local de São Benedito com o objetivo de estimular e dar apoio à realização de festivais de música sertaneja, festas folclóricas, ao lazer e as diversas modalidades desportivas no meio rural.

cada vez mais competitivo e exigente em termos de qualidade, levou a prefeitura municipal, juntamente com a Casa da Agricultura, a realizarem no início dos anos 1990, um trabalho junto aos agricultores enfatizando a necessidade destes se reunirem para discutir seus problemas e apontar soluções.

Apesar da resistência inicialmente encontrada, constatou-se na pesquisa de campo, a importância fundamental de alguns produtores, considerados como líderes nos bairros rurais, que assumiram essa tarefa e organizaram as associações.

Dessa forma, conforme se constatou na pesquisa de campo, o município de Álvares Machado contava em 1999 com 12 associações de moradores e produtores rurais, as quais, aglutinavam cerca de 230 associados, como se pode observar no Quadro II.

Quadro II
ASSOCIAÇÕES DE PRODUTORES E DE MORADORES RURAIS DO MUNICÍPIO DE ÁLVARES MACHADO, 1999.

Nome	Ano de Criação	Nº de Assoc.	Principais Produtos dos Associados
Associação de Produtores da Zona Norte (bairros rurais de Gatti e Jaracatia)	1992	30	Algodão, amendoim, milho, pecuária leiteira e de corte e hortigranjeiros.
Associação dos Moradores e Produtores Rurais do Bairro 1º de Maio	1997	18	Algodão, amendoim, milho, pecuária leiteira e de corte e hortigranjeiros.
Associação dos Moradores e Produtores Rurais dos Bairros Floresta e Córrego do Macaco	1997	20	Algodão, amendoim, milho, pecuária leiteira e de corte e hortigranjeiros.
Associação dos Moradores e Produtores Rurais dos Bairros Cruzeiro, Jussara e Esperança	1997	12	Algodão, amendoim, milho e pecuária leiteira e de corte.
Associação dos Moradores e Produtores Rurais dos Bairros São Geraldo e Km 10.	1997	18	Algodão, amendoim, hortifrutigranjeiros, milho e pecuária leiteira e de corte.
Associação dos Pequenos Agricultores do Bairro Nossa Senhora da Vitória (Km 17)	1992	22	Algodão, feijão, milho, pecuária leiteira e de corte e hortigranjeiros.
Associação dos Moradores e Produtores Rurais do Bairro Km 04	1997	20	Algodão, amendoim, milho, pecuária leiteira e de corte e hortigranjeiros.
Associação dos Moradores e Produtores Rurais do Bairro Limoeiro	1997	14	Algodão, amendoim, milho, pecuária leiteira e de corte e hortigranjeiros.
Associação dos Moradores e Produtores Rurais do Bairro Ouro Verde	1997	17	Algodão, pecuária leiteira e de corte e hortigranjeiros.
Associação dos Moradores e Produtores Rurais dos Bairros Brejão, Quinta Escola e Guaiçara	1997	22	Fruticultura e pecuária leiteira e de corte.
Associação dos Moradores e Produtores Rurais do Bairro Santa Luzia	1997	18	Algodão, amendoim, milho, pecuária leiteira e de corte e hortigranjeiros.
Associação dos Moradores e Produtores Rurais do Bairro Km 27.	1997	22	Algodão, amendoim, milho, pecuária leiteira e de corte.

Fonte: Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo (1995) e Trabalho de Campo (Julho/1999).

Tendo em vista o número relativamente grande de associações e o fato do município ter sido selecionado e contemplado com os recursos do PRONAF Infra-Estrutura e Serviços Municipais, foi criada em junho de 1998, a Federação das Associações Rurais de Álvares Machado (FARAM). Essa

federação foi criada com o objetivo de representar legalmente as 12 associações e gerenciar tanto administrativamente como financeiramente, os recursos captados e, por conseguinte, os equipamentos e máquinas agrícolas adquiridos de acordo com os projetos desenvolvidos, conforme se observa no Quadro III .

QUADRO III
PROJETOS FINANCIADOS PELO PRONAF INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS NO MUNICÍPIO DE
ALVARES MACHADO, 1997-2000.

Projetos	Equipamentos adquiridos	Quantidade	Total
	Trator de 105 HP	01	n.d.
	Trator de 75 HP	01	n.d.
a) Apoio à produção e transporte de hortaliças e batata-doce	Diversos implementos agrícolas como: Terraceador, subsolador, grade niveladora, tombador, grade aradora, etc.	01 (conjunto completo)	n.d.
	Plantadeira com 5 linhas	01	n.d.
	Carretas de trator (p/ 04 toneladas cada)	02	n.d.
	Caminhão-baú (capacidade de 15.000 kg)	01	n.d.
	Lavadeiras de batata-doce	03	n.d.
b) Melhoria de tecnologia rural			
	Pá carregadeira de 125 cv	01	R\$ 107.500,00
	Trator de rodas 100 cv	01	R\$ 50.000,00
c) Melhoramento genético do rebanho	Manutenção do botijão de sêmen	-	R\$ 600,00
	Reforma e manutenção de veículo de apoio	-	R\$ 1.000,00
d) Recuperação de estradas rurais	-		R\$ 12.400,00
TOTAL			R\$ 171.500,00

*Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário – Secretaria da Agricultura Familiar (Abril/2000).
n.d. informação não disponível*

Os recursos provenientes do PRONAF Infra-Estrutura e Serviços Municipais beneficiaram diretamente 400 famílias, tendo contribuído para a constituição da *patrulha motorizada agrícola*, o treinamento dos produtores e trabalhadores rurais na técnica de inseminação artificial visando à melhoria genética do rebanho bovino, etc.

Além dessas melhorias, deve-se ressaltar também que a aquisição de um caminhão, adequado ao transporte de hortaliças, propiciou a implementação de uma reivindicação dos produtores, que era a necessidade de um local (box) no CEASA de Presidente Prudente para a comercialização direta da produção, eliminando assim, a figura do intermediário (atravessador), proporcionando maior lucro aos associados.

Além desse programa de âmbito federal – PRONAF Infra-Estrutura e Serviços Municipais - o município de Álvares Machado foi selecionado pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, para participar do Programa de Microbacias Hidrográficas⁴.

4.3. Município de Emilianópolis

No município de Emilianópolis, constatou-se a existência de uma única associação de agricultores. Essa associação foi criada em 1993, por iniciativa do engenheiro agrônomo da Casa da Agricultura, que percebeu que um dos principais problemas do setor agropecuário do município era a falta de articulação dos produtores rurais.

Dessa forma, entre 1994 e 1995, a associação congregou cerca de 80 produtores rurais, dos quais 60% eram proprietários de terras e o restante (40%) arrendatários do município. Durante essa fase, além das reuniões de caráter mais técnico destinado aos produtores, a associação realizou a compra comunitária de calcário para os associados. Entretanto, em virtude da grande interferência política, já que seu presidente na época era também vereador da cidade, muitos produtores acabaram deixando de fazer parte da associação, a qual foi desativada.

Em 1996, com a necessidade do município em organizar e implantar seu Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural visando a elaboração do Plano Plurianual de Desenvolvimento Agropecuário, houve a tentativa de reativar a associação de produtores. Entretanto, em virtude da experiência anterior, a maior parcela dos produtores rurais do município se recusou a participar da associação. Dessa forma, embora exista legalmente a associação de produtores rurais de Emilianópolis, na prática, ela não funciona.

Como conseqüência, embora o município tenha sido contemplado com os recursos do PRONAF Infra-Estrutura e Serviços Municipais, como se observa no Quadro IV, a priorização quanto à aplicação dos recursos foi realizada pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural e a prefeitura municipal, sem a participação direta dos produtores familiares do município.

Dessa forma, conforme se constatou na pesquisa de campo – e não constam dos dados disponíveis no Quadro IV -, com parte dos recursos do PRONAF Infra-Estrutura e Serviços Municipais, foi construído um barracão comunitário, o qual, juntamente com a aquisição de uma balança, deveria facilitar o armazenamento e a pesagem da produção agrícola. Todavia, conforme se constatou *in loco*, o referido barracão estava sendo utilizado como depósito de roupas doadas pela população local ao Fundo Social do município.

⁴ No município de Álvares Machado, o programa contemplou a Microbacia Hidrográfica do Córrego do Macaco e da Lontra, estando ainda em fase inicial de implantação.

QUADRO IV
PROJETOS FINANCIADOS PELO PRONAF INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS NO MUNICÍPIO DE
EMILIANÓPOLIS, PERÍODO 1997-2000.

Projetos	Equipamentos Adquiridos	Quantidade	Total
	Trator agrícola 100 cv 4x4	01	R\$ 60.000,00
	Trator agrícola 100 cv 4x4	02	R\$ 60.000,00
A) Incremento da produção e produtividade do agricultor familiar: aquisição de patrulha agrícola para conservação, correção e preparo do solo agrícola.	Terraceador 16 discos de 28"- controle remoto	01	R\$ 7.000,00
	Lâmina dianteira	01	R\$ 7.500,00
	Grade aradora 6 discos de 28"- controle remoto-	01	R\$ 6.500,00
	Arado reversível de 3 discos	02	R\$ 4.800,00
B) Recuperação de Estradas rurais	-	-	R\$ 22.200,00
		TOTAL	R\$ 168.000,00

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário – Secretaria da Agricultura Familiar (Abril/ 2000).

Constata-se que, apesar da maior importância em termos econômicos da pecuária de leite no município de Emilianópolis, no período 1997/99, não houve o desenvolvimento de nenhum projeto financiado pelo programa voltado diretamente para esse segmento produtivo. Pelo contrário, conforme se constatou na pesquisa de campo, para o ano 2000, deveria ser iniciado o projeto de implantação do viveiro de mudas - destinado a estimular a produção da batata-doce e da fruticultura - e da unidade de processamento agroindustrial.

Além desse programa de nível federal, o município faz parte do Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas da Secretaria de Agricultura e Abastecimento e da CATI.

4.4. Município de Presidente Bernardes

No município de Presidente Bernardes foi constatada, durante a realização da pesquisa de campo, a existência de três associações de produtores rurais, que agregam aproximadamente 110 produtores rurais (Quadro V).

Quadro V
ASSOCIAÇÕES DE PRODUTORES RURAIS DO MUNICÍPIO DE PRES. BERNARDES, 1999.

Nome	Ano de Criação	Nº de Assoc.	Principais Produtos dos Associados
Centro de Apoio e Defesa aos Pequenos Produtores Rurais do Bairro Santo Antonio.	1985	50	Algodão, amendoim e milho.
Associação dos Produtores Rurais do Distrito de Araxás.	1990	30	Algodão, amendoim, feijão e milho.
Associação de Produtores Rurais do Bairro Bela Vista	1992	30	Algodão, amendoim, feijão e milho.

Fonte: Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo (1995) e Trabalho de Campo (Julho/1999).

Constata-se que, embora a criação das associações não seja um fato recente – já que uma foi criada em meados dos anos 1980 e as outras duas no início da década de 1990 -, o número de produtores associados no município é relativamente baixo.

Além desse número relativamente pequeno de associados, constatou-se na pesquisa de campo, que o nível de participação e o envolvimento dos produtores com as associações também é pequeno, com exceção da existente no Bairro Rural Santo Antonio. Tal fato deve-se, segundo informações coletadas na pesquisa de campo, pela desconfiança e/ou temor que muitos produtores têm em consequência da falência de uma cooperativa existente no município até o final dos anos 1980⁵. Isso porque, muitos produtores que eram cooperados tiveram que vender parte das suas terras para quitarem as dívidas contraídas pela cooperativa. Como a maior parcela dos cooperados era formada por pequenos proprietários, muitos acabaram vendendo o restante das terras e mudando-se para a cidade.

Com relação à maior participação dos produtores rurais na Associação do Bairro Santo Antonio, esta se explica, segundo informações obtidas no trabalho de campo, pelo melhor nível sócio-econômico dos agricultores residentes nesta localidade.

No que se refere à participação do município de Presidente Bernardes no PRONAF Infra-Estrutura e Serviços Municipais, se constata pelo Quadro VI, o desenvolvimento dos seguintes projetos:

QUADRO VI
PROJETOS FINANCIADOS PELO PRONAF INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS NO MUNICÍPIO DE PRES. BERNARDES, PERÍODO 1997-2000.

Projetos	Equipamentos Adquiridos	Quantidade	Total
A) Incremento da produção agrícola – conservação e preparo do solo	Trator esteira 7D – 92 cv c/ equipamentos periféricos	01	R\$ 108.000,00
	Trator de pneus 4x4 – 85 cv c/ equipamentos periféricos	01	R\$ 43.200,00
B) Recuperação de Estradas rurais	-	-	R\$ 16.800,00
		TOTAL	R\$ 168.000,00

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário – Secretaria da Agricultura Familiar (Abril/ 2000).

Além dos projetos especificados, o município de Presidente Bernardes, segundo informações coletadas no levantamento de campo, aplicou parte dos recursos do PRONAF Infra-Estrutura e Serviços Municipais, na melhoria das pastagens, na aquisição de equipamentos para a

⁵ Essa cooperativa foi criada em 1984, por iniciativa de um grupo de 20 produtores rurais do município de Presidente Bernardes, dedicando-se à comercialização do algodão, amendoim, café, arroz e feijão. A partir de 1986, a cooperativa passou a estimular os produtores a criarem coelhos visando à produção de carne e de peles para os mercados consumidores de Campinas e São Paulo.

suplementação alimentar do gado e em inseminação artificial. O desenvolvimento desses projetos beneficiou diretamente no município 300 famílias, segundo informações obtidas na pesquisa de campo.

Deve-se ressaltar também que, antes da seleção do município para participar do PRONAF, as associações limitavam sua atuação à aquisição conjunta de insumos agrícolas e a assessoria na comercialização da produção. Com os recursos provenientes do PRONAF, as associações puderam adquirir equipamentos, constituindo a *patrulha motorizada agrícola*, a qual presta serviços aos produtores rurais do município. Assim, para aqueles produtores rurais que possuem os equipamentos, só que com menor potência, houve a redução dos custos de produção devido ao menor desgaste das máquinas próprias; para aqueles que não dispõem dos equipamentos, mesmo com o pagamento do aluguel das máquinas, os valores cobrados para a utilização das máquinas é bastante inferior aos de mercado⁶.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não obstante os vários problemas apresentados pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), como o número relativamente de modesto de produtores beneficiados, se deve reconhecer a preocupação do governo federal em não limitar a atuação do programa apenas à esfera do financiamento individual (crédito de custeio e investimento) da produção agropecuária.

Nesse contexto, deve-se reconhecer, ainda que de forma preliminar, a importância que o PRONAF Infra-Estrutura e Serviços tem assumido em alguns municípios que foram contemplados com os recursos dessa linha de financiamento, criando condições econômicas para que as associações de produtores familiares intervenham na realidade local, firmando-se como entidades aglutinadoras e representativas dos agricultores nas demais instâncias do poder local (prefeituras municipais, Conselhos de Desenvolvimento Rural, Casas da Agricultura, etc.).

Assim, em relação aos quatro municípios da Região de Presidente Prudente que foram contemplados com os recursos do PRONAF Infra-Estrutura e Serviços, pode-se observar que em todos houve a implantação da patrulha motorizada agrícola bem como investimentos no melhoramento das estradas rurais.

Entretanto, uma diferença fundamental verificada em relação aos municípios diz respeito ao fato de que, naqueles onde efetivamente houve a participação majoritária dos produtores familiares nas discussões empreendidas pelas associações, houve a implantação de projetos voltados para

⁶ Constatou-se no levantamento de campo (julho de 1999) que as associações cobravam pela utilização do trator traçado, o equivalente a R\$ 12,00 a hora dos produtores associados e R\$ 16,00 a hora dos não associados, enquanto que no mercado, os preços variavam de R\$ 22,00 a R\$ 25,00 a hora trabalhada.

atender as demandas dos produtores, além do estabelecimento de parcerias – sobretudo com o governo estadual – para a implantação de projetos diversificados, tais como de inseminação artificial, eletrificação e telefonia rural, informatização das casas de agricultura etc.

Verificou-se assim, que o desenvolvimento desses projetos, priorizando aqueles segmentos produtivos nos quais os produtores familiares têm uma participação fundamental (como na produção de grãos, de batata-doce e da pecuária leiteira), estimulando a diversificação produtiva, melhorando as condições de infra-estrutura municipal (estradas, energia elétrica, telefonia rural, etc.), prestando assistência técnica juntamente com a Casa da Agricultura - através da realização de cursos, palestras, visitas técnicas, etc. – tem garantido, sobretudo aos agricultores dos municípios de Alfredo Marcondes e Álvares Machado, melhores condições para o desenvolvimento das atividades agropecuárias, com redução nos custos de produção e maior inserção no mercado.

Diferentemente dessa situação, as unidades produtivas familiares localizadas nos municípios de Emilianópolis e Presidente Bernardes apresentaram comparativamente condições econômicas e sociais menos favoráveis, resultando numa menor capacidade de capitalização dos produtores, embora consigam garantir a reprodução da família. Essa situação, associada a problemas de ordem local (ingerência política, inexistência de liderança no meio rural, experiência frustrada dos produtores em relação a outras formas de organização social, etc.) fizeram com que nesses municípios, as associações de produtores, embora existam legalmente e tenham sido responsável pelo gerenciamento dos recursos provenientes do PRONAF Infra-Estrutura e Serviços Municipais, não conseguiram efetivamente representar os interesses dos associados e, conseqüentemente, atender na prática as reivindicações dos produtores.

Não se quer com isso afirmar que tais ações sejam suficientes para resolver as inúmeras dificuldades encontradas pelos produtores familiares para o desenvolvimento das suas atividades, sobretudo para aqueles mais descapitalizados. Além do que, não há garantia de que com o término do repasse dos recursos pelo programa, essas associações tenham condições de continuar aglutinando os produtores rurais.

No entanto, um dos objetivos do trabalho foi realçar o fato de que, apesar dos problemas enfrentados, estes serão superados se houver, além da vontade política dos governantes, a mobilização dos produtores familiares, organizados de forma a reivindicar seus direitos e, sobretudo, a participarem efetivamente das decisões no âmbito do poder local.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo; VEIGA, José Eli da. *Novas instituições para o desenvolvimento rural: o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)*. Brasília: Convênio FIPE/IPEA, 1998. 49 p. (Texto para Discussão, 641).

COSTA, Anita; RIBEIRO, Tereza C. O Associativismo no meio rural brasileiro: contradições e perspectivas. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, Foz do Iguaçu, 37, 1999. *Anais...* Foz do Iguaçu: SOBER, 1999 (CD-ROM).

HESPANHOL, Rosângela Ap. de Medeiros. *Produção familiar: Perspectivas de Análise e inserção na Microrregião Geográfica de Pres. Prudente – SP*. Rio Claro: IGCE/UNESP, 2000. 354 p. (Tese de Doutorado em Geografia).

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E ABASTECIMENTO (BRASIL). *Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar*. Brasília: MAA, 1996. 37 p.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (BRASIL) – Secretaria da Agricultura Familiar. *Projetos financiados pelo PRONAF Infra-Estrutura e Serviços Municipais*. <http://www.incra.gov.br>, abril de 2000.

MONBEIG, Pierre. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. Trad. Ary França e Raul Andrade e Silva. São Paulo: Hucitec/Polis, 1984. 392 p. (1ª ed. 1952).

SABOURIN, Eric. Ação coletiva e organização dos agricultores no Nordeste Semi-Árido. CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, Foz do Iguaçu, 37, 1999. *Anais...* Foz do Iguaçu: SOBER, 1999 (CD-Rom).

SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Agricultura e Abastecimento. *Organização de associações*. 4ª ed. Rev. aum. São Paulo: ICA, 1995. 38 p.

SILVEIRA, Paulo R. C. et al. A diversidade do associativismo na região do Corede – Centro/RS e sua importância para o desenvolvimento regional. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, Foz do Iguaçu, 37, 1999. *Anais...* Foz do Iguaçu: SOBER, 1999 (CD-Rom).